

FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS FORMATIVAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE TERESINA

Francisca Emanuela Rocha da Costa (UFPI)¹
Elmo de Souza Lima (UFPI)²

RESUMO

A educação infantil vem passando por inúmeras transformações impulsionadas pelas mudanças ocorridas na concepção de infância e do desenvolvimento da criança pequena. Com este trabalho buscamos analisar se os processos de formação docente desenvolvidos pela Prefeitura de Teresina voltam-se para os fundamentos teóricos e metodológicos das Diretrizes curriculares da Educação infantil do Município de Teresina. As análises e discussões fundamentam-se nos autores: Aguiar (2006); Lima (2011); Oliveira (2007); Paschoal e Machado (2009), entre outros. A pesquisa em andamento é de cunho qualitativo e utiliza-se da análise documental como estratégia de coleta e análise dos dados. No desenvolvimento da pesquisa, analisamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares do município de Teresina, bem como, o projeto de formação de professores desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Apesar dos avanços ocorridos na área da educação infantil a partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados na implementação de práticas educativas que articule as dimensões: educar e cuidar. Dentre estes desafios, destaca-se a necessidade de uma sólida formação docente voltada para a compreensão crítica dos princípios políticos e pedagógicos que norteiam o projeto de educação infantil associada à formação integral da criança.

Palavra- chaves: Educação infantil. Formação continuada. Diretrizes curriculares.

Introdução

Nos últimos anos tem ocorridos significativas mudanças nas propostas pedagógicas e curriculares da educação infantil em virtude das transformações ocorridas no campo teórico-metodológico que norteiam os estudos e as práticas da educação infantil, influenciadas principalmente pelos estudos da psicologia que abordam sobre o desenvolvimento e os processos de aprendizagens das crianças.

Diante desse contexto, novas Diretrizes Curriculares foram elaboradas em nível nacional e municipal com o intuito de reorientar as práticas educativas e curriculares da educação infantil, compreendendo-a enquanto espaço de formação integral da criança, considerando seus aspectos físico, afetivo, cognitivo/lingüístico, sociocultural, bem como as dimensões lúdica, artística e imaginária.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia, Bolsista de Iniciação Científica Voluntária da UFPI e professora auxiliar da Escola Dom Bosco. E-mail: francisca_emanuela@hotmail.com

² Doutorando e Mestre em Educação e Professor da Universidade Federal do Piauí. E-mail: elmolima@gmail.com

No entanto, o desenvolvimento dessa nova proposta pedagógica para a educação infantil passa também pela construção de políticas de formação continuada que preparem os docentes que atuam nessa área de ensino para compreender e atuar a partir dos princípios políticos e pedagógicos norteadores da educação infantil enquanto espaço de formação integral das crianças pequenas.

Diante deste contexto, desenvolvemos a pesquisa com o objetivo de “Analisar se os processos de formação docente desenvolvidos pela Prefeitura de Teresina voltam-se para os fundamentos teóricos e metodológicos das diretrizes curriculares da Educação infantil do Município de Teresina”. Além disso, objetivamos também: Identificar se o projeto político pedagógico dos cursos de formação continuada contempla os fundamentos teórico-metodológicos contemplados nas diretrizes curriculares da Educação infantil do Município de Teresina; Verificar se os cursos de formação continuada favorecem a troca de experiências entre os docentes e a reflexão crítica da prática educativa; Analisar como as temáticas relacionadas com as diversidades culturais são abordadas nos eventos de formação.

A pesquisa em andamento é de cunho qualitativo e está sendo desenvolvida a partir do Programa de Iniciação Científica Voluntária da UFPI. Utiliza-se da análise documental como estratégia de coleta e análise dos dados. Desse modo, buscamos neste primeiro momento analisar a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares do município de Teresina e o Projeto de formação continuada de professores da educação infantil do município de Teresina.

Aspectos históricos da educação infantil

Ao longo do tempo a concepção de infância e educação infantil passou por inúmeras mudanças resultando também na proposição de diferentes formas de ensinar e cuidar as crianças pequenas. Desse modo, a compreensão das políticas de educação desenvolvidas atualmente passa pelo entendimento das transformações ocorridas tanto com relação à concepção da infância quanto nas práticas educativas realizadas nesta modalidade de ensino.

De acordo com os estudos de Aguiar (2006), a concepção de infância nas sociedades primitivas era bastante diferente da que discutimos atualmente, visto que a criança era considerada como um ser humano em miniatura, as quais exerciam as mesmas atividades dos adultos. Neste caso, as crianças aprendiam os valores e as crenças na vivência do cotidiano com os mais velhos. Nesse período não havia um conhecimento sistematizado e formal voltados para a educação infantil.

Os europeus foram os pioneiros na educação infantil, surgindo nos séculos XV e XVI novos modelos educacionais, em decorrência da mudança do modelo agrário-mercantil para o urbano-manufatureiro, ocasionando condições sociais adversas, particularmente para o público infantil. Com isso, surgem os primeiros atendimentos de crianças abandonadas coordenadas por mulheres da comunidade e, aos poucos foram surgindo às instituições filantrópicas.

No Brasil, as primeiras creches foram criadas no final do século XIX e início do século XX, vinculadas as instituições filantrópicas e tinham como finalidade retirar as crianças abandonadas da rua, diminuir a mortalidade infantil, formar hábitos higiênicos e morais nas famílias, alicerçado em um caráter extremamente assistencialista. Diante desse contexto, Aguiar (2006, p.20) afirma que:

Durante décadas, a educação das crianças pequenas foi delegada às famílias ou ao grupo social a qual pertenciam, até que as modificações ocorridas na sociedade, decorrentes de diversos fatores (econômicos, políticos, sociais, ideológicos dentre outros), tornaram possível o contar dessa história.

Constatamos que as primeiras creches foram criadas mais com um caráter de assistência as crianças das classes populares em virtude do êxodo rural e da inserção das mulheres no mercado de trabalho, resultando por tanto no crescimento de crianças desamparadas. Conforme destacaram Paschoal e Machado (2006), o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos impulsionaram a criação do atendimento das crianças fora do ambiente familiar, por diferentes setores da sociedade, a exemplo dos grupos religiosos, os empresários e educadores.

Desde o início do século XX até década de 50, as poucas creches existentes fora das indústrias eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas e religiosas, no entanto com o tempo estas passaram a receber ajuda governamental além de donativos de famílias ricas para desenvolver seus trabalhos.

Segundo Oliveira (2007) o trabalho das creches tinha um caráter assistencial-propetorial, cuja finalidade centrava-se na preocupação alimentar, no cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado a educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças. As empresas também utilizavam as creches e as demais instituições sociais no reajuste das relações de trabalho.

Neste caso, as instituições criadas para atender as crianças carentes eram de cunho assistencialista, cuja finalidade resumia-se em “guardar e ajudar”, sem fins pedagógicos vista como uma educação compensatória, desenvolvida com o intuito de amenizar o sofrimento destas crianças. Enquanto isso, os jardins de infância que atendiam as crianças bastardas apresentavam uma proposta pedagógica direcionada para o desenvolvimento da afetividade e do cognitivo da criança. Desse modo,

A educação pensada no sentido de isolar as crianças do meio social incorpora uma concepção de educação mais a moral que intelectual, consolidando-se como um atendimento educacional como favor aos pobres [...] a baixa qualidade se estabelece como algo amplamente aceita. Khulmann Jr.(1998) *apud* Aguiar (2006) – essas instituições não têm apenas uma proposta assistencialista, mas também uma proposta educacional, cuja finalidade é preparar os pobres para assumirem o lugar que lhes é destinado na sociedade. (AGUIAR, 2006, p. 58).

As crianças que viviam em condições precárias recebiam uma educação compensatória com o objetivo ajudar na superação dos problemas sociais enfrentados. Sendo assim, esta educação servia para suprimir a ausente educação e assistência dos pais, impossibilitadas de receber, uma vez que estes trabalhavam o dia todo nas fábricas, cabendo a instituições incutir determinados atributos ou conteúdos para compensar a privação cultural destes sujeitos (PASCHOAL; MACHADO, 2006).

Segundo Oliveira (2007), as instituições criadas pelas fábricas para assistir as crianças passaram a ser vistas como algo vantajoso para os empresários, pois as mães passaram a produzir mais. No entanto, tanto o discurso dos patrões quanto do movimento operário enaltecia um ideal de mulher voltada para o lar, para que as poucas creches que haviam sido criadas continuassem a serem vistas como paliativas e não como algo que garantisse de fato a terem direito à educação.

Havia outra intencionalidade por trás do atendimento dessas crianças a respeito da criação de creches pelos empresários, pois alguns destes visavam com isso atrair e reter a força de trabalho. Ainda nesse intuito, além das creches, fundaram vilas operárias, clubes esportivos e escolas maternais no caso de São Paulo e Rio de Janeiro e, estas iniciativas foram despertando o interesse em outros empresários.

Para Oliveira (2007), outro fator que contribuiu para o aumento de creches e pré-escolas foi à inserção das mulheres das camadas médias ao mercado de trabalho, uma vez que aumentaram as demandas por instituições de ensino que se responsabilizassem com o acompanhamento do desenvolvimento das crianças pequenas deste grupo social, favorecendo

portanto o crescimento das redes privadas. No entanto, a proposta de educação oferecida aos filhos da família de classe média estava associada ao desenvolvimento dos aspectos afetivos, cognitivos e sociais, ao contrário das camadas pobres cujo objetivo voltava-se para a reprodução cultural da classe a qual pertencia e aos cuidados com a higiene. Para Feltrin (2010, p. 02),

Apesar dessas iniciativas, a expansão da educação pública de crianças menores de seis anos, tanto em creches como em jardins-de-infância, foi se dando lentamente. Somente no final dos anos 70, se observa uma expansão das creches e pré-escolas no Brasil, em função de diversos fatores como a crise do regime militar, o crescimento urbano, a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, a reconfiguração do perfil familiar, a intensificação dos movimentos sociais organizados, em especial de grupos de mulheres, e a influência de políticas sociais de órgãos internacionais para países de terceiro mundo.

No entanto, as principais conquistas alcançadas na área da educação infantil ocorreram a partir dos anos 80 em decorrência das reivindicações de diversos setores da sociedade. Dentre essas conquistas, destacam-se aquelas relacionadas ao plano legal relativas à criança e sua educação, a exemplo da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que reconhecem a educação como direito da criança de 0 a 6 anos e como dever do Estado.

Segundo Paschoal e Machado (2006) o processo de regulamentação do trabalho de atendimento das crianças no âmbito da legislação, iniciou-se devido à preocupação de atender todas as crianças independentes da classe social que pertence.

Neste caso, a educação infantil passou a fazer parte da primeira etapa da educação básica a partir da Constituição Federal de 1988 e se consolidou através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº.9394 de 20 de dezembro de 1996, que organizou a Educação Infantil em duas etapas, conforme definição do artigo 30 da referida lei: “A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade”.

Na perspectiva histórica, a criança teve que esperar quase um século para que tivesse direito a educação na legislação, ficou determinado em que a educação infantil deveria promover o desenvolvimento integral até os seis anos de idade com o apoio tanto da família como da sociedade

Entretanto, as mudanças ocorridas na área da educação infantil envolvendo tanto a concepção da infância quanto a sua proposta pedagógica trouxeram novas inquietações e

necessidades para o campo da formação docente. Ou seja, tornou-se necessário criar novos programas de formação de professores que atendessem as novas demandas da formação dessas crianças atendidas nos centros de educação infantil.

A Formação dos Profissionais da Educação Infantil

Com as mudanças ocorridas na área da educação infantil nas últimas décadas no Brasil, torna-se necessário repensar o perfil dos docentes que atuam neste nível de ensino. Isto requer que se repense também os cursos de formação que preparam os professores para atuar na educação infantil.

Historicamente para trabalhar com as crianças das creches e pré-escolas não se dava importância para o fato da necessidade de uma formação inicial e muito menos continuada do professor. Ou seja, apesar da importância da educação infantil para o desenvolvimento das crianças até pouco tempo, os docentes que atuam nesse nível de ensino eram leigos ou tinham pouco conhecimento relacionado com o nível de ensino que estava atuando e sobre o próprio desenvolvimento e aprendizagens das crianças pequenas.

Desse modo, com as crescentes transformações na sociedade e as perspectivas de infância e da educação infantil tornou-se necessário investir na formação de um novo profissional docente para atuar neste nível de ensino. Um profissional que tenha uma compreensão acerca do desenvolvimento infantil e saiba utilizar-se das diferentes linguagens e expressões no sentido de criar situações didático-pedagógicas que fomente a aprendizagem e o desenvolvimento sócio-afetivo das crianças.

A partir das análises iniciais construídas acerca do Projeto de formação continuada de professores da Educação Infantil no município de Teresina, constatamos que sua proposta pedagógica dá maior ênfase aos aspectos didático-pedagógicos associados aos procedimentos didáticos a serem desenvolvidos pelos docentes no contexto da sala de aula, desvinculando-os dos princípios políticos e pedagógicos que norteiam o projeto de formação da criança pequena abordados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina.

De acordo com Diretrizes Curriculares do Município de Teresina, elaborada em 2008, o município reconhece o direito da criança a uma educação de qualidade, indissociável no aspecto do cuidar e educar, como também reconhece que “o desenvolvimento infantil pleno depende de práticas educativas que favoreçam a aquisição de conhecimentos e atitudes

que permitam à criança desenvolver posturas críticas, participativas e dialógicas da valorização das experiências individuais e coletivas”. (TERESINA, 2008, p.17).

No entanto, analisando a proposta de formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação, não visualizamos a constituição de espaços e tempos voltados para a realização de reflexões críticas que permitam aos docentes o desenvolvimento de práticas educativas direcionadas à implementação de processos formativos que articulem a dimensão do cuidar e educar, visando à formação integral e autônoma das crianças.

Diante desse contexto, temos que reconhecer que os processos formativos desenvolvidos para os docentes da educação infantil precisam incorporar novos conhecimentos e procedimentos didáticos e pedagógicos com o intuito de prepará-los para atuar de acordo com as exigências e especificidades que tem a educação infantil. Neste caso, os espaços de formação destes profissionais devem possibilitar a reflexão, o conhecimento e a vivência acerca dos jogos, brincadeiras e o movimento de modo significativo tendo em vista a futura ação do profissional que se forma.

Além disso, torna-se necessário desenvolvimento de uma sólida formação teórica que contemple a compreensão crítica das teorias e concepções de infância, escola e sociedade, bem como, a compreensão as teorias sobre o desenvolvimento e a aprendizagem infantis, sobre o jogo e o movimento, entre tantas outras.

Isto requer o envolvimento dos futuros professores em atividades formativas de ensino, pesquisa e extensão que fomente o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao teatro, artes plásticas, danças, música, dinâmicas de grupo, dentre outras, que permita o desenvolvimento e a compreensão de linguagens diversificadas necessárias para o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras no âmbito da educação infantil. Neste caso, de acordo com Lima (2011, p. 76),

Os processos de formação precisam garantir condições teórico-metodológicas para que os docentes construam uma visão global dos processos educativos, compreendam as relações de poder que estão constituídas no seio da escola e no contexto das práticas pedagógicas e tenham uma atuação crítica diante dos aspectos políticos e ideológicos que permeiam o cotidiano das escolas e influenciam no fazer educativo dos professores.

Neste caso, o professor não pode se prender apenas a uma formação básica e achar que está habilitado para conduzir um processo de ensino aprendizagem. É necessário que sejam disponibilizados meios que visem a formação de profissionais conscientes de sua

prática, através de processos formativos contextualizados com a realidade do educando, capaz de articular os saberes teóricos a sua prática em sala de aula. Ainda com base no autor, o que se deve esperar dos processos de formação é que estes:

[...] articulem os saberes teóricos práticos necessários para o desenvolvimento das capacidades de tomar decisões, articular parcerias, dialogar com os pares, interagir com a comunidade e possam, cotidianamente, rever suas práticas e redefinir os rumos do seu trabalho na perspectiva de contribuir com a formação crítica e autônoma dos alunos. (LIMA, 2011, p.76-77)

Diante dos desafios enfrentados pelos docentes da educação infantil na construção de práticas educativas que superem as práticas assistencialistas implementadas na educação infantil, torna-se necessário aprofundar os processos de formação continuada com o intuito de criar novas alternativas que de fato dêem conta de um projeto de educação infantil que articule as dimensões do cuidar e do educar numa perspectiva ampla que garanta o desenvolvimento integral das crianças.

Considerações finais

A partir dos estudos realizados, observamos que a trajetória de implantação do atendimento as crianças pequenas no Brasil teve um caminho árduo, especialmente para as crianças mais desafortunadas que ainda hoje sofrem com a falta de prioridade para este atendimento. Além disso, verificamos que implantação das creches no Brasil surge com objetivos divergentes dos países europeus e norte americanos que tinha em seus objetivos um caráter pedagógico, enquanto que em nosso país por muito tempo predominava seu caráter assistencialista.

O aumento da criação de instituições infantis no Brasil sofreu influências de diversos fatores sociais em decorrência das transformações ocorridas tanto na estrutura familiar, econômica quanto na estrutura da sociedade ocasionada principalmente pelo processo de industrialização do país. No entanto, percebemos que apesar dos avanços ainda há uma desvalorização da educação infantil, principalmente com relação aos profissionais que atuam neste nível de ensino.

Diante das mudanças ocorridas na educação infantil a partir da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais tornou-se urgente a implementação de processos formativos voltados à preparação dos docentes para a produção de práticas educativas que oportunize a

criança explorar seu mundo sociocultural, exercitando novos processos de socialização que impulse seu desenvolvimento físico, afetivo e mental.

Entretanto, verificamos que os projetos de formação executado pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina para os professores não tem oportunizado o desenvolvimento de novos saberes teórico-metodológicos, bem como novas competências e habilidades voltadas à construção de práticas educativas que potencialize o desenvolvimento integral da criança através de atividades pedagógicas associadas à dimensão do educar e cuidar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado. **Reelaborando conceitos e ressignificando a prática na educação infantil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006. 253fs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CARVALHO, Denise Maria de; CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. **Educação infantil: história, contemporaneidade e formação de professores**. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3117.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

FELTRIN, Daniela. **A história da Educação Infantil no Contexto Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/a-historia-da-educacao-infantil-no-contexto-brasileiro-3252261.html>>. Acesso em 20 jan. 2010.

KUHLMANN JR. Moysés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de. PALHARES. Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil pós- LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados- FE/UNICAMP; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009.

LIMA, Elmo de Souza. **Formação Continuada de professores no semiárido: ressignificando saberes e práticas**. Teresina: EDUFPI, 2011. 260fs.

TERESINA. **Diretrizes Curriculares do Município de Teresina**. Teresina-PI: SEMEC, 2008.